

---

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COLEGIADO GESTOR DO  
PLANO ESTRATÉGICO DE RECURSOS HÍDRICOS DA  
BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA**

---

**Data:** 20/05/2010

**Horário:** 9h30 às 13h00

**Local:** Sede da Agência Nacional de Águas em Brasília

**Lista de Participantes:** Anexo 1

**Pauta:**

- 1) Abertura da reunião;
- 2) Leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária;
- 3) Ações prioritárias com vistas à efetiva implementação do Plano Estratégico nos temas saneamento, irrigação, navegação e geração de energia;
- 4) Audiência conjunta dos Governadores dos Estados da região hidrográfica com o Presidente da República para apresentação do Plano Estratégico.

**Assuntos tratados e deliberados**

1- **Abertura** – o presidente do Colegiado Gestor, Vicente Andreu, informou inicialmente a necessidade de se ausentar da reunião às 10 horas para ir ao Senado, mas que retornaria por volta das 11 horas. Em seguida, destacou as etapas do Plano Estratégico Tocantins-Araguaia: elaboração do plano, aprovação e mobilização para criação do Colegiado Gestor, nivelamento dos membros do colegiado e, por fim, a fase que se iniciava naquele momento, da necessidade de estabelecer ações para tornar efetiva a implementação do planejamento. Nesse aspecto, destacou que os recursos do governo, como o Fundo Amazônia, não são aplicados segundo diretrizes de planejamento e que a questão de acesso a fundos setoriais do banco e do governo federais deve ser discutida no âmbito do Colegiado Gestor. Em seguida, colocou a importância de ouvir a manifestação dos representantes dos Estados e do Distrito Federal sobre o tema. Dálio Ribeiro M. Filho, representante da SEDUMA do Distrito Federal, ressaltou a importância da avaliação ambiental estratégica na definição de ações que envolvem o meio ambiente e que há um projeto de lei sobre essa questão em tramitação. Paulo César M. de Ávila e Silva, diretor da ADASA do Distrito Federal, comentou que existem fundos de meio ambiente, mas que há dificuldades de acesso a esses recursos. Em seguida, houve debate entre os presentes sobre a criação de um fundo de recursos hídricos que poderia ter recursos da compensação financeira pela geração de energia. Roberto Gonçalves Freire, secretário da SEMARH de Goiás, comentou sobre a importância de acesso a esses fundos. Destacou que a região é muito dinâmica economicamente por envolver a área de expansão da cana-de-açúcar, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a construção da Ferrovia Norte-Sul. Além disso, enfatizou a importância das ações para proteção do Araguaia e do IBAMA e ICMBIO. Manifestou, por fim, a satisfação pelo interesse da ANA sobre a questão de acesso aos recursos sobre a compensação financeira pela geração de energia. Paulo Sérgio Altieri dos Santos, representante da SEMA do Pará, ressaltou também o dinamismo da região com a criação de siderúrgica em Marabá e a conclusão da eclusa de Tucuruí. Informou que tem havido uma busca por recursos do Fundo da Amazônia como, por exemplo, para a criação de um centro de hidrometeorologia. Comentou ainda sobre a disposição de definir grupos para estabelecer projetos alinhados com o Plano Estratégico e a intenção de disponibilizar contatos para tal. Antônio José Guerra, assessor da ANA, informou sobre o projeto de lei que obriga a construção de eclusas em rios navegáveis e sugeriu a inclusão desse tema na pauta da reunião. Antônio Félix Domingues, coordenador de articulação e comunicação da ANA, demonstrou seu interesse pelo aproveitamento sustentável do rio Araguaia e comentou sobre o impacto da aprovação da nova versão do projeto de lei que trata da distribuição dos recursos oriundos da compensação financeira pela geração de energia, que prejudicará severamente os Estados. Hamilton Pereira da Silva, assessor de gabinete da ANA, ressaltou a importância de iniciar ações efetivas e que a reunião deverá estabelecer as prioridades de trabalho do Colegiado Gestor durante o período eleitoral vislumbrando o início de 2011. Marco Neves, substituto do diretor da SRHU do Ministério do Meio Ambiente, destacou a importância e oportunidade de articulação para viabilização de ações. Acrescentou ainda a relevância de inserir, no Plano Nacional de Recursos Hídricos, as ações do Plano Estratégico. Cristiano E. Zinato, analista de infraestrutura do MMA, comentou sobre os 4 anos de discussão do projeto de lei sobre eclusa e que havia possibilidade de que a lei criada fosse inócua e destacou a diferença entre os níveis de planejamento do

setor de navegação e geração de energia. Washington Rio Branco, secretário da SEMA do Maranhão, comentou sobre a mudança de secretários de governo do Estado e que o novo representante da pasta de planejamento, Fábio Gondim, deverá participar das reuniões do Colegiado Gestor. Ney Maranhão, superintendente da ANA, resgatou o histórico do processo que levou à criação do Colegiado Gestor que deverá, no futuro, ser substituído por uma confederação de comitês de sub-bacias da região hidrográfica. Informou que já existia, no Plano Estratégico, a previsão de que haveria um tempo inicial para mobilização e início da efetivação das ações e que esse período abrange as eleições previstas para esse ano. Destacou ainda que o Colegiado Gestor deve ter uma função executiva constante ao longo do ano e não apenas durante as reuniões, a fim de que as ações sejam materializadas. Washington Rio Branco pediu novamente a palavra para comunicar a posse do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão e sugeriu a realização conjunta da reunião de junho do Colegiado Gestor. Ney Maranhão informou o convite do Ministério dos Transportes para participação, no dia 22 de junho, em um evento sobre a navegação na bacia e do interesse de realizar, no dia seguinte, a reunião do Colegiado Gestor, necessitando para tal do apoio do Estado do Pará. Considerou ainda que a reunião do dia 11 de novembro poderia ocorrer no Estado do Maranhão.

**2- Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária** - em seguida, Vicente Andreu Giullio, apresentou a ata da reunião passada, que foi aprovada por unanimidade.

**3- Ações prioritárias com vistas à efetiva implementação do Plano Estratégico nos temas saneamento, irrigação, navegação e geração de energia** – Ney Maranhão realizou apresentação sobre os temas estratégicos e as ações necessárias para viabilizar as ações propostas no Plano Estratégico no tema saneamento (Anexo 2). Destacou a disponibilidade de recursos financeiros e a necessidade de intercomunicação entre Estados e o Colegiado Gestor. Abriu, em seguida, a palavra para discussão entre os presentes. Dálio Ribeiro M. Filho destacou que a ação de capacitação dos Estados para elaboração de projetos é fundamental. Cristiano Zinato informou que os técnicos da carreira de analista de infra-estrutura dos ministérios poderiam dar suporte técnico à elaboração de projetos em saneamento. Paulo César destacou a ação integrada entre Distrito Federal e Goiás no tema resíduos sólidos com recursos do PAC e a experiência institucional relacionada. Colocou-se à disposição para apresentar essa experiência no âmbito do Colegiado Gestor, assim como a da criação do “Água nas Cidades”, plano de drenagem urbana e deverá ter uma concessionária para tratar da questão. Roberto Gonçalves Freire informou que na questão de esgoto e água, o Estado de Goiás está em uma situação razoável. Acrescentou que há interesse na obtenção de recursos para a área de resíduos sólidos e no acesso a recursos federais como do Fundo do Cerrado, recentemente criado pelo Ministério de Meio Ambiente, e da compensação pela geração de energia. Destacou ainda a importância de identificar fundos e de, no âmbito do Colegiado Gestor, definir estratégias para viabilizar o acesso aos mesmos. Paulo Sérgio Altieri dos Santos informou que a implantação da outorga nos últimos 2 anos representou um avanço significativo para a gestão dos recursos hídricos no Estado do Pará. Acrescentou que a bacia do Guamá-Capim, que abrange a Região Metropolitana de Belém, será a experiência pioneira na elaboração de planos de bacia no Estado. Informou ainda que irá se articular com a Secretaria de Planejamento do Estado para que ela participe das reuniões do Colegiado Gestor e comentou sobre as dificuldades enfrentadas para constituição do Consórcio do Baixo Tocantins, que prevê ações na área de saneamento. Por fim, comentou sobre as dificuldades enfrentadas para a elaboração do plano estadual de recursos hídricos e também sobre os avanços alcançados. Washington Rio Branco comentou sobre a importância do planejamento na definição das ações do estado e as dificuldades enfrentadas nesse aspecto pelo Estado do Maranhão, inclusive na elaboração de projetos. Ressaltou a relevância de multiplicar experiências bem sucedidas no Estado dentro do Colegiado Gestor, assim como a necessidade de sensibilizar os governadores quanto a essas questões. Cristiano Zinato informou que há especialistas no Ministério das Cidades e na FUNASA com capacidade de apoio a projetos e que têm experiência sobre a forma de acesso aos recursos do PAC. Marco Neves perguntou sobre a existência de projetos no Plano Estratégico. Ney Maranhão respondeu que o Plano Estratégico não apresenta projetos, já que a sua escala de trabalho é incompatível com esse nível de ação. Entretanto, considera que há espaço e oportunidade para que o Colegiado Gestor defina quais as ações que serão priorizadas em saneamento. Vicente Andreu destacou que mesmo com a elaboração dos projetos, a priorização dos investimentos em saneamento será sempre de Estados e Municípios. Acrescentou ainda a importância da negociação com os fundos gestores para obtenção dos recursos financeiros. Paulo César M. de Ávila e Silva ressaltou a necessidade de aprofundar o tema do acesso aos fundos. Destacou a ação da ADASA de criar um fundo próprio para os recursos hídricos a partir de *royalties*, a fim de tornar viável a implementação das ações dos planos de bacia. Vicente Andreu ressaltou que a criação de fundos para a região hidrográfica é mais complexa, mas poderá ser buscada, caso haja interesse dos governadores das unidades da federação que a integram. Afirmou da importância também de obter linhas de acesso em bancos. Roberto Gonçalves Freire informou da necessidade de se ausentar para participar de reunião com comissão do governo japonês interessada em investir no Estado de Goiás. Comentou sobre a questão da recuperação das voçorocas no rio Araguaia e que

esse tema poderia ser tratado no âmbito do Colegiado Gestor. Vicente Andreu fez um relato sobre a reunião ocorrida no dia anterior entre Ministério Público e a ministra do meio ambiente a respeito das voçorocas. Informou sobre a decisão de realizar, em 15 dias, reunião com os órgãos responsáveis e de convocar a participação do Estado de Mato Grosso com vistas a obter recursos financeiros e definir parcerias. Ney Maranhão então prosseguiu a sua apresentação tratando dos temas navegação, irrigação e geração de energia (Anexo 2), acrescentando que a Casa Civil identificou interesse pela navegação no rio Tocantins até a cidade de Estreito. Em seguida abriu espaço para receber contribuições dos presentes. Paulo César informou que sua opinião não era de criar fundos, mas obter uma parte da compensação financeira pela geração de energia. Dálio Ribeiro M. Filho comentou que a compensação florestal por empreendimentos vem sendo empregada no Distrito Federal com algum sucesso. Washington Rio Branco manifestou o interesse do Estado do Maranhão em conhecer o seu mecanismo de funcionamento. Paulo Sérgio Altieri dos Santos observou a dificuldade de acesso a recursos de fundos financeiros e que seria necessário o apoio da secretária de planejamento nessa questão. Vicente Andreu ressaltou a importância da articulação com o setor ambiental, representado pelo IBAMA, e da priorização dos recursos da compensação ambiental. Propôs a formulação de uma proposta para que os Estados possam definir o percentual para aplicação desses recursos para a gestão dos recursos hídricos. Acrescentou ainda a possibilidade de elaboração de termos de ajustamento de conduta (TAC) em alguns empreendimentos. Destacou a necessidade de posicionamento de cada Estado em relação às usinas hidrelétricas mais polêmicas e de atuação para viabilização da hidrovía do rio Tocantins, buscando a articulação com os Ministérios de Transportes e da Agricultura. Marco Neves comentou sobre a importância do planejamento do Plano Estratégico ser integrado ao planejamento dos setores com envolvimento em recursos hídricos. Ney Maranhão e Hamilton Pereira da Silva ressaltaram, nesse sentido, como de fundamental importância o apoio dos estados para viabilizar as ações necessárias para a hidrovía do rio Tocantins. Cristiano Zinato relatou o prejuízo ao país pela não aprovação do projeto de lei sobre as eclusas. Vicente Andreu demandou aos Estados sugestões sobre como abordar essas questões estratégicas. Washington Rio Branco afirmou que o Colegiado Gestor pode ser o indutor da discussão desses temas. Ney Maranhão retomou o tema navegação, ressaltando a necessidade de articulação com a Agência Nacional de Energia Elétrica, Ministério dos Transportes e Ministério de Minas e Energia para a construção de usinas hidrelétricas com eclusas na hidrovía Tocantins. Paulo Sérgio Altieri dos Santos comentou sobre o interesse em acompanhar o processo de outorga da empresa Aços Laminados do Pará (ALPA) e as questões sobre a navegação (sinalização) no rio Tocantins de Marabá a Vila Conde. Ney Maranhão informou que a ANA tem entendimento de que é possível acompanhar a evolução dessas questões e de que houve entendimento sobre essa questão na época de elaboração do Plano Estratégico. Vicente Andreu colocou que a discussão da hidrovía exige consistência técnica e apoio político para viabilizá-la. Do contrário, segundo Vicente Andreu, torna-se um esforço sem resultados práticos, citando como exemplo a eclusa de Sobradinho. Marco Neves comentou sobre a fragilidade do setor de navegação, que dificulta o avanço da questão. José Luiz Gomes Zoby, gerente da ANA, comentou que o interesse surgido pela empresa Vale pela construção da eclusa de Tucuruí forneceu maior respaldo político para a viabilização da hidrovía do rio Tocantins. Vicente Andreu ressaltou que a irrigação representa oportunidade de inserção da temática do meio ambiente com *agrobusiness*, em especial, na bacia, que tem grande potencial hidroagrícola. Destacou ainda os ganhos de produtividade da irrigação em relação à cultura de sequeiro. Cristiano Zinato comentou a importância de vincular projetos de irrigação ao uso eficiente da água. Marco Neves destacou que o Plano Estratégico está induzindo o desenvolvimento da irrigação, o que não seria seu papel, mas o do setor agrícola. Paulo César M. de Ávila e Silva destacou que o plano deve induzir o desenvolvimento da irrigação sustentável na região hidrográfica, tendo recebido o apoio de Vicente Andreu. Este também comentou que a ação de controle de voçorocas na bacia é uma ação de caráter restrito dentro da região. Afirmou que o principal objetivo da reunião era discutir as formas de efetivação do Plano Estratégico. Acrescentou que, para isso, será necessário o empenho da ANA para viabilizar a implementação do sistema de gestão de recursos hídricos e superar suas fragilidades.

**Anexo 1**

Lista de Presença

## **Anexo 2**

Apresentação da ANA sobre Saneamento, Irrigação, Navegação e Geração de Energia